

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.055.856 - SP (2017/0031787-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : MARCOS PAULO MONFARDINI
ADVOGADOS : ROBERTO HIROSHI SOGA - SP217679
GERALDO BISPO DA SILVA - SP301958
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE GUARULHOS
ADVOGADO : EDMIR DE AZEVEDO - SP080259

DECISÃO

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPTU. PLANTA GENÉRICA DE VALORES. BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO. PUBLICAÇÃO OFICIAL COMO REQUISITO INDISPENSÁVEL DA LEI TRIBUTÁRIA. CONTROVÉRSIA DECIDIDA COM BASE NA INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Em face da devolução dos autos, pelo Tribunal de origem, por não se enquadrar o feito em hipótese de sobrestamento, tal como decidido às fls. 411/412, passa-se a novo exame de admissibilidade do Recurso Especial.

2. MARCOS PAULO MONFARDINI agrava da decisão que negou seguimento ao seu Recurso Especial, fundado no art. 105, III, alínea *a* da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ementado nos seguintes termos:

Ação declaratória de inexigibilidade de tributo c.c repetição de indébito. IPTU. Exercícios de 2007 - prescrição da pretensão. Exercícios de 2008 a 2011. A publicidade, de modo geral, visa a levar o conteúdo da lei ao conhecimento das pessoas que se submetem à sua aplicação, de modo que o atendimento de tal desiderato deve ser analisado de acordo com o caso concreto. Ausência de publicação, no Diário Oficial, da Planta Genérica de Valores, que nada mais é do que o mapa do Município, com o código de cada região - observância do princípio da publicidade com o registro no Departamento de Assuntos Legislativos da Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal e a afixação no lugar público de costume no mesmo dia da publicação da lei. Dá-se provimento ao recurso, nos termos do acórdão.

3. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 270/274).

4. Nas razões do Apelo Nobre (fls. 277/320), a parte recorrente aponta violação dos arts. 535, II do CPC/1973, sob a alegação de que a despeito do julgamento dos Aclaratórios, persiste omissão no julgado. No mérito, alega ofensa aos art. 1o. da LICC e 97, I e II, do CTN, haja vista que teria sido malferido o Princípio da Publicidade insito em tais normas. Defende, ainda, a existência de dissenso pretoriano.

5. Com contrarrazões (fls. 364/366), o recurso foi inadmitido pelo Tribunal de origem (368/360), o que deu ensejo a Agravo de fls. 372/374.

6. É o relatório.

7. Inicialmente, não se vislumbra a alegada afronta ao art. 535 do CPC/1973. A lide foi resolvida integralmente não padecendo o julgado de qualquer dos vícios da referida norma.

8. No mais, da atenta leitura do julgado, observa que o Tribunal de origem deu solução à controvérsia, utilizando-se em sua fundamentação da interpretação de legislação local qual seja, a Lei Municipal 5.753/2001, de sorte que a modificação do acórdão torna-se inviável, ante a incidência da Súmula 280/STF. A propósito, citem-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. PLANTA GENÉRICA DE VALORES. NÃO PUBLICAÇÃO EM ÓRGÃO OFICIAL. AFRONTA AO ARTIGO 97 DO CTN. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE EXAME EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO ANCORADO EM LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

1. *A interpretação do art. 97 do CTN, que reproduz norma encartada no art. 150, I, da Constituição Federal, implica apreciação de questão constitucional, inviável em sede de recurso especial. Precedentes: AgRg no AREsp 640.931/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 10/2/2016; AgRg no AREsp 384.443/RJ, Rel. Ministro*

Superior Tribunal de Justiça

Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/5/2015.

2. *O reconhecimento da validade da cobrança fiscal em face da disponibilização da Planta Genérica de Valores no Departamento de Assuntos Legislativos da Secretaria do Governo e afixação no lugar público amparou-se na legislação local, o que afasta a competência do STJ para o exame do caso (Súmula 280/STF).*

3. *Para infirmar a conclusão do Tribunal de origem de que não há elemento essencial para a definição da base de cálculo do IPTU no anexo da Lei Orgânica Municipal, seria necessário incursionar na seara fático-probatória dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.*

4. *Fica "prejudicada a análise da divergência jurisprudencial se a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea 'a' do permissivo constitucional" (EDcl nos EDcl no REsp. 1.065.691/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18.6.2015).*

5. *Agravo interno não provido (AgInt no REsp. 1.575.915/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 5.10.2016).*

2 2 2

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU. ART. 97 DO CTN. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. ALEGADA AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DA PLANTA DE VALORES DOS IMÓVEIS. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELO ATENDIMENTO, NO CASO, AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. EXAME DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. *As Turmas que integram a Primeira Seção do STJ "têm entendido que a interpretação do art. 97 do CTN, que reproduz norma encartada no art. 150, I, da CF/88, implica apreciação de questão constitucional, inviável em sede de recurso especial" (STJ, AgRg no REsp 1.539.640/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/09/2015). Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1540273/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/09/2015; STJ, AgRg no AREsp. 691.842/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe de 4.8.2015.*

II. *No caso, o Tribunal a quo, à luz das provas dos autos, concluiu pelo atendimento ao princípio da publicidade, na hipótese,*

destacando que "foi documentalmente provado que o Anexo I da Lei Municipal 5.753/01 foi disponibilizado no Departamento de Assuntos Legislativos da Secretaria do Governo e afixado no lugar público de costume (cf. fls. 103/104), o que demonstra o cumprimento da regra do art. 111, da Lei Orgânica Municipal. Ainda segundo o aresto impugnado, "apesar do Anexo I não ter sido publicado na imprensa, juntamente com a Lei Municipal 5.753/01, a cobrança do IPTU, por esta razão, seria exigível, eis que respeitadas as exigências da publicidade legal" e que "o Anexo I da Lei Municipal 5.753/01 tem finalidade meramente consultiva, visando apenas à representação, no mapa cadastral, do código de identificação da área em que se situa o imóvel, não sendo o meio necessário para obtenção da base de cálculo do IPTU". Destacou o acórdão recorrido, ainda, "como demonstrado pela ré, para veiculação no jornal oficial, seria preciso grande redução dimensional do mapa cadastral das áreas do Município, o que tornaria ilegível a representação gráfica (cf. fls. 164/178)". Conclusão em contrário encontra óbice na Súmula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp. 629.865/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 16.6.2015; STJ, AgRg no AREsp 616.854/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe de 13.5.2015; STJ, AgRg no AgRg no AREsp. 348.557/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 5.12.2013.

III. Ademais, o exame da insurgência recursal demanda, necessariamente, a prévia análise da legislação local, no caso, a Lei Orgânica do Município de Guarulhos. Correta, portanto, a aplicação da Súmula 280 do STF, como óbice ao processamento do Recurso Especial.

IV. Agravo Regimental improvido (AgRg no REsp. 1.511.964/SP, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 10.11.2015).

9. Ante ao exposto, nega-se provimento ao Agravo do Particular.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 17 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR